

A concepção do gênero ofício presente nos manuais oficiais de redação

Ismael Paulo Cardoso Alves¹
Beatrice Nascimento Monteiro²

Resumo: Este artigo pretende analisar a concepção do gênero ofício apresentada nos manuais oficiais de redação. Baseamos nosso trabalho nas teorias de gênero elaboradas por Bakhtin (2003), o qual aborda a relativa estabilidade do gênero e sua relação com as esferas discursivas nas quais circula; por Miller (2009), autora que concebe o gênero como uma ação social; por Bhatia (2009), que descreve o dicotômico caráter do gênero, tanto convencional quanto inovador; e por Devitt (2004), que aborda as características dinâmicas, históricas e sociais do gênero. Fundamentamos também no trabalho feito por Silveira (2007; 2008), que examina os aspectos retóricos e enunciativos do gênero ofício. A partir de nossa análise, verificamos que os manuais trazem uma perspectiva formalista do gênero, associando-o mais à estrutura e à diagramação do que à sua funcionalidade para as esferas nas quais circula.

Palavras-chave: Gênero; Ofício; Manuais oficiais de redação.

Abstract: This article aims to analyze the conception of the genre official letter presented in the official writing handbooks. We based our work in the genre theories elaborated by Bakhtin (2003), which he approaches the relative stability of the genre and its discursive spheres in which it circles; by Miller (2009), author who conceives the genre as a social action; by Bhatia (2009), who describes the dichotomic character of the genre, both conventional and innovator; and by Devitt (2004), who approaches dynamic, historical and social characteristics of the genre. We also substantiated in the studies done about the genre official letter by Silveira (2007; 2008), who examines the rhetorical and enunciative aspects of this genre. From our analyzes, we verified that the Handbooks bring a formalist perspective of the genre, associating it more to the structure and the diagramming than to its functionality for the spheres in which it circles.

Keywords: Genre; Official Letter; Official Writing Handbooks.

Introdução

Em meados dos anos 70, uma mudança ocorrida na ciência linguística de forma geral faz-se sentir também na Linguística Textual e no estudo sobre gêneros: a Linguística, até então caracterizada por uma análise de caráter eminentemente formal e desvinculada dos fatos sociais, volta-se para um estudo voltado diretamente para a relação entre língua e sociedade, entre usos da linguagem e práticas sociais, entre comunicação e cultura (ADAMZIK, 2009).

1 Aluno graduando do curso de Letras - Português na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina-PI. Correio eletrônico: ismael.cardosoalves@hotmail.com.

2 Aluna graduanda do curso de Letras - Português na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina-PI. Correio eletrônico: beatricenmonteiro@hotmail.com.

Em relação ao gênero, em especial, isto implica uma modificação na sua própria concepção: o gênero (tradicionalmente encarado como um conceito normativo) passa gradualmente a ser visto como um elo entre textos materiais e práticas sociais, ou seja, como um modo característico de realizar atos por meio da linguagem.

Entretanto, esta concepção de gênero, fundada em base pragmática, ainda se encontra especialmente distante dos compêndios que versam sobre a redação oficial, ainda mistificada e temida pelo público em geral. Em nosso trabalho, examinamos este gênero sob a perspectiva dos manuais oficiais de redação, numa comparação entre a concepção dos manuais e aquela veiculada pela análise sociorretórica.

Para fundamentar nossa pesquisa, baseamo-nos em Bakhtin (1997), autor que está no alicerce de praticamente toda a análise de gêneros feita sob uma perspectiva sociorretórica; em Miller (2009), que desenvolveu o conceito de gênero como ação retórica tipificada; e em Devitt (2004), a qual tece considerações sobre o que significa encarar o gênero como social e dinâmico.

Também fundamentamos nossa análise nas considerações sobre a integridade e versatilidade do gênero (BATHIA, 1997b); e, no tocante ao gênero ofício, apoiamo-nos em Silveira (2007, 2008), autora brasileira que tem se dedicado à análise retórica de textos técnicos, mais especificamente que participam do gênero ofício.

Referencial Teórico

Uma perspectiva pragmática de gênero

A perspectiva tradicional de gênero como forma ou ainda como rótulo para classificação de um dado conjunto de textos tem, gradualmente, cedido espaço para uma concepção pragmática de gênero. Trabalhos como o de Miller (2009), Devitt (2004), Bathia (1997b) e Alves Filho (2011) apontam novas tendências no estudo de gênero e opõem-se à visão formalista que concebe o gênero como recipiente no qual se deposita determinado conteúdo, já que tal perspectiva é insuficiente para captar a complexidade e dinamicidade que os gêneros possuem.

Nosso trabalho baseia-se em uma compreensão pragmática de gênero: entendemos que os gêneros respondem a determinadas necessidades sociocomunicativas e, muito além de estabelecer um

sistema taxonômico, o estudo dos gêneros permite a investigação de como os usuários utilizam a linguagem para agir na sociedade.

Aderimos à consideração de Miller (2000) de que uma abordagem do gênero baseada em critérios situacionais (por exemplo, a que demandas o gênero atende, para quais finalidades ele é usado) retrata de forma mais clara a prática retórica. Até mesmo porque a funcionalidade do gênero conduz a certas escolhas formais e conteudísticas, influenciando, portanto, a composição do texto por inteiro. Em trabalhos anteriores, afirmamos:

a forma precisa ser vista como funcional, como tendo uma finalidade, uma razão de ser ou produzindo um certo efeito de sentido. E, em contrapartida, o conteúdo precisa ser visto como algo semiótico, já que as ideias somente são veiculadas e mesmo pensadas através de signos. (ALVES FILHO, 2011, p. 29).

Portanto, não se trata de privilegiar a forma, negligenciando o conteúdo ou de fazer o inverso; trata-se de analisá-los em conjunto, buscando identificar a relação entre esses aspectos assim como a funcionalidade que as escolhas do usuário, tanto no que se refere ao conteúdo quanto à estrutura, têm para a ação que o gênero desempenha.

Estabilidade e instabilidade do gênero

O gênero vincula-se ao conhecimento convencionalizado e compartilhado pela comunidade discursiva. Essa convencionalidade do gênero confere-lhe certa estabilidade. Contudo, embora o gênero possua um caráter relativamente regular, isto não o torna estático ou inflexível.

Alves Filho (2011) aponta que, durante boa parte do século XX, quando vigorava a interpretação de gênero como forma, o conceito foi concebido como restritivo e repressor da expressão individual, o que também é abordado por Devitt (2004), a qual destaca que essa concepção de gênero relegou a seu estudo um interesse menor tanto na Literatura quanto na Linguística.

Essa visão normativa tem sido substituída por uma noção mais dinâmica de gênero, como trata Devitt (2004, p.5): "gênero como retórico e dinâmico, integrando forma e conteúdo, produto e processo,

indivíduo e sociedade”³. O gênero como construto social e histórico é flexível e tende a acompanhar mudanças sociais e novas demandas comunicativas da comunidade. Portanto, ele não é somente produto das práticas estabilizadas pela comunidade, mas é também processo, gerador de novas práticas, de novos meios de ação retórica. O gênero é social, mas isso não significa que seu uso cerceie qualquer expressão individual, pois, através do gênero, o indivíduo pode “infiltrar” suas próprias intenções e interesses.

O duplo caráter do gênero que ora abordamos (articulação entre estabilidade e instabilidade) já fora tratado por Bakhtin (1997, p. 280) quando o autor define o gênero como “tipos relativamente estáveis de enunciado”. Os gêneros possuem um caráter estável que, entretanto, não é total ou mandatário.

Muito embora se utilizando de terminologias distintas, de fato, outros autores da teoria recente apontam como uma das características marcantes do gênero esse aspecto aparentemente contraditório que é a coexistência entre dinamicidade e estabilidade: Bathia (1997b) fala sobre “integridade genérica” e “tendência para a inovação”, Berkenkotter e Huckin (*apud* BATHIA, 1995, p. 6) abordam a “contenda entre estabilidade e mudança”.

Em nosso trabalho, seguindo os autores abordados, consideramos que o gênero é marcado tanto pela força da convenção quanto pela dinâmica da mudança e procuramos identificar se os manuais consideram a atuação dessas duas forças sobre o gênero ofício.

O propósito comunicativo do gênero

O propósito comunicativo tem sido considerado uma categoria central do gênero por uma gama de teóricos como Askehave e Swales (2001), Bathia (1997b) e Alves Filho (2011). Podemos entender o propósito comunicativo do gênero como uma resposta à pergunta “com que objetivo esse gênero é recorrentemente utilizado?”.

É importante observar que a recorrência é um conceito-chave para o entendimento de gênero com o qual trabalhamos. O propósito comunicativo do gênero é definido socialmente através da recorrência de usos do gênero por parte dos usuários. Por exemplo, podemos afirmar

³ No original, “genre as rhetorical and dynamic, integrating form and content, product and process, individual and society” (DEVITT, 2004, p. 5).

que o propósito comunicativo de uma resenha de livro é “avaliar uma obra lançada recentemente”, porque este gênero é recorrentemente utilizado com esse fim.

O propósito comunicativo, assim como outros aspectos do gênero, ao mesmo tempo em que tende à conservação, à estabilidade, ao ser compartilhado socialmente, também é atualizado e, até mesmo, modificado pela ação dos usuários. Como sintetizamos em trabalho anterior: “os propósitos comunicativos são socialmente compartilhados, mas é no nível individual que as mudanças surgem” (ALVES FILHO, 2011, p. 36). Obviamente, para que essas mudanças atinjam o gênero, é necessário que sejam aceitas pela comunidade e tornem-se socialmente recorrentes.

O gênero ofício

O ofício é uma das modalidades de comunicação mais proeminentes da atividade pública. O Manual da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (2007) afirma que ele é certamente “o texto mais utilizado na correspondência oficial”. O Manual da Prefeitura de Belo Horizonte (2003) destaca que o ofício tem sido utilizado, nas comunicações daquela prefeitura, internamente, em substituição ao memorando. Já o Manual do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (2008) observa que, no âmbito daquela instituição, o ofício tem assumido as atribuições do gênero carta. Em vista disso, percebemos que o uso do ofício para estas instituições é fundamental e que este tem, inclusive, substituído outros gêneros no funcionamento do serviço público.

Apesar do destaque e relevância do gênero no âmbito da administração pública, a análise retórica do gênero ofício ainda é inexpressiva. Silveira (2007), autora em que nos apoiaremos para caracterizar o gênero ofício do ponto de vista sociorretórico, enfatiza que a carência de trabalhos linguísticos acerca do ofício é um problema que atinge os gêneros conhecidos como redações técnicas ou oficiais de forma generalizada. Essa carência constitui uma das motivações desta pesquisa.

Como aponta Silveira (2007), o ofício constitui uma espécie de carta e, como tal, tem, como uma de suas características, a “ausência imediata de contato entre emissor e receptor” (PAREDES SILVA, 1997

apud SILVEIRA, 2007). Os interlocutores se encontram fisicamente distanciados e a produção do enunciado por parte do emissor ocorre sem que ele interaja com o receptor de forma direta. Entretanto, o emissor possui um receptor presumido em mente e constitui sua mensagem a partir da imagem que constrói deste. No caso específico do ofício, existem duas possibilidades de relação produtor-receptor: ou o produtor do ofício conhece seu interlocutor ou conhece, ao menos, o cargo que este ocupa.

Embora o ofício constitua um tipo de carta, naturalmente, ele se diferencia da carta pessoal, uma vez que essas duas modalidades de carta são utilizadas em esferas sociais distintas (a primeira, na esfera profissional, a segunda, no âmbito das relações afetivas). A relação entre produtor e audiência, também, é bastante diversa nesses dois gêneros. Enquanto, na carta pessoal, a relação dos interlocutores é íntima e a natureza da comunicação advém justamente dessa proximidade, no ofício, a relação dos interlocutores, em geral, não envolve proximidade emocional e a motivação da comunicação advém de necessidades institucionais.

O enunciador do ofício se apresenta como porta-voz da instituição à qual é afiliado. Essa voz institucional que o locutor do ofício assume acarreta alguns traços formais mais ou menos estáveis no gênero: a presença do timbre que identifica a instituição de origem do ofício e a escrita na primeira pessoa do plural exemplificam esse funcionamento.

Além desses aspectos, Silveira (2008) cita outros traços formais que geram esse efeito de sentido de “despersonalização” do texto: a voz passiva, constantemente utilizada em textos que participam desse gênero e também as nominalizações de verbos. Tais recursos geram, ainda segundo a autora, dois efeitos principais: o enfraquecimento ou apagamento do agente e o distanciamento dos interactantes.

Pretendemos contribuir ainda mais para o estudo retórico do gênero ofício, já iniciado por Silveira (2007), analisando a perspectiva de gênero dos manuais que se propõem a orientar os usuários na produção de ofícios.

Metodologia da pesquisa

Para realização da pesquisa, primeiramente recolhemos um *corpus* de manuais oficiais de redação de diferentes instituições

públicas do Brasil. Foram analisados vinte e sete manuais oriundos de esferas de poder diversas (municipais, estaduais, distritais e federais) com atribuições também variadas (governos, prefeituras, assembleias, secretarias de estado, polícias, entre outras). Os manuais observados datam dos anos 2001 a 2011. Nossa pesquisa envolveu a observação de orientações gerais feitas pelos manuais sobre a produção do texto, focando-nos, primordialmente, no gênero que estamos observando, o ofício.

Procuramos observar que aspectos do gênero são abordados pelos manuais, assim como os aspectos que não o são. Com isso, tentamos compreender o que caracteriza um gênero pela perspectiva dos manuais oficiais de redação. Observamos também o que, segundo os manuais, é obrigatório na produção do ofício e o que é facultativo. Além disso, procuramos analisar se os manuais apresentam adaptação das regras para os ambientes em que estão inseridos, corroborando a ideia de que o gênero é maleável e flexível. Os resultados obtidos foram contrastados com a concepção de gênero aqui defendida.

Resultados da pesquisa

Aspectos do gênero observados pelos manuais

Analisamos quais aspectos do gênero são observados nas prescrições feitas pelos manuais de redação: aspectos relativos ao conteúdo, à estrutura e/ou à situação de uso. A partir desta análise, chegamos a algumas conclusões:

I. Pequena frequência de menções ao conteúdo do gênero

Observamos que, ao todo, quatro manuais trazem uma orientação relacionada à clareza na exposição das ideias (Manual da Presidência, do Governo do Paraná, da Assembleia Legislativa de São Paulo e do Ministério Público de Goiás), no que se refere à organização do conteúdo do texto. Essa orientação é a mesma nesses manuais: tratar cada ideia ou assunto em parágrafo próprio. O Manual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entretanto, constitui uma exceção dentro do *corpus* ao apresentar uma boa quantidade de recomendações referentes ao conteúdo do ofício, como a seguinte:

(1) “Quando, por exemplo, o Presidente da Assembleia encaminha uma proposição de lei ao Governador do Estado para sanção, não é necessário que se explique no ofício de encaminhamento todo o processo que deu origem àquela proposição de lei, já que esse é um conhecimento dividido implicitamente pelos dois interlocutores.”

II. Ausência de associação entre a estrutura e o conteúdo do gênero

Grande parte das prescrições dos manuais refere-se à estrutura do ofício, às partes que o compõem. Como veremos mais adiante, a maioria dos manuais não apresenta justificativa para as recomendações e/ou prescrições estruturais. Um exemplo é o seguinte trecho do Manual do Tribunal de Contas de Minas Gerais:

(1) “Estrutura [...]”

- Nome do emitente, centralizado — ou com distribuição espacial simétrica, quando houver vários nomes —, em letras maiúsculas e em negrito, e respectivo(s) cargo(s).
- Expressão de tratamento do destinatário (ver tópico 6.3), nome completo em letras maiúsculas, cargo (quando for o caso) e endereço, com alinhamento na parte inferior esquerda da primeira página do ofício.”

Além da prescrição relativa às partes componentes em si, também é perceptível a preocupação diagramacional e gráfica em relação à apresentação da estrutura em especificações como centralizado – ou como distribuição espacial simétrica, com alinhamento na parte inferior esquerda. Sobre essa preocupação estética, discorreremos mais adiante.

III. Desconsideração da dimensão pragmática do gênero

Quanto ao aspecto situacional, este, na maioria dos manuais, aparece apenas em referência aos atores sociais envolvidos na comunicação. Com relação às finalidades, a Tabela 01, a seguir, demonstra quais foram apontadas e por quantos manuais:

Tabela 01: Finalidades do gênero ofício apontadas pelos manuais

Finalidade	Número de manuais que a mencionou
Tratar de assunto institucional/oficial	19
Solicitar	3
Encaminhar	2
Informar	2
Formalizar a comunicação	2
Convocar	2
Agradecer	1
Convidar	1
Estabelecer ordem	1

Dos manuais observados, três não abordam a finalidade do gênero ofício. Nossa observação acerca da finalidade foi que poucos manuais encaram o gênero como funcional, como entidade pragmática que, de fato, realiza ações, já que a maioria apresenta definições vagas da finalidade do ofício (tratar de assunto institucional, comunicar, formalizar a comunicação), funções que não caracterizam o ofício como um mecanismo para o usuário atuar na sociedade ou que são tão gerais, como é o caso de "comunicar", que poderiam aplicar-se a qualquer forma de texto. Das onze finalidades apontadas, cinco foram indicadas pelo mesmo manual, o Manual de Redação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Apenas três manuais apresentam o ofício como forma de correspondência dotada de função social, a partir do momento em que apontam finalidades específicas para esse gênero (o Manual da Prefeitura de Manaus, o Manual da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo e o Manual da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais), como pode se observar na Tabela 02:

Tabela 02: Manuais que apresentam finalidades específicas do gênero

Manual	Finalidades apontadas
Manual da Prefeitura de Manaus	Realizar informações, solicitações, encaminhamentos e esclarecimentos
Manual da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo	Comunicar ou solicitar algo oficialmente
Manual da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	Realizar agradecimentos, convites, convocações, intimações, solicitações; Encaminhar requerimentos, proposições de lei, pedidos de informação, relatórios finais de comissões

No que tange às orientações feitas, quatro manuais apresentam prescrições com o fim de facilitar a localização e arquivamento dos documentos (o Manual da Presidência, o Manual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Manual do Ministério Público de Goiás). A seguir, alguns exemplos:

- (1) “para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira: tipo do documento + número do documento + palavras-chaves do conteúdo” (Manual da Presidência)
- (2) “Não é recomendável numerar parágrafos. Entretanto, se os assuntos forem muito variados ou a matéria muito extensa, a prática pode ser admissível para facilitar eventual referência a um dado trecho” (Manual da Assembleia de Minas Gerais)

Em suma, com exceção dos referidos trechos, os aspectos situacionais não ganham relevo nas orientações dadas pelos manuais e, mesmo nesses manuais, ainda percebe-se que o caráter pragmático do gênero não é a preocupação central, aparecendo às vezes como uma espécie de “observação” nas prescrições em torno do ofício.

Novamente, o Manual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, figura como uma exceção ao destacar aspectos situacionais, como se percebe no exemplo:

- (3) “Ao contrário de documentos como o pronunciamento, o edital, a portaria ou o projeto de lei, que possuem múltiplos e, por vezes, desconhecidos destinatários, o ofício, com exceção do ofício circular, é um documento personalizado, que possui apenas um destinatário, claramente identificado. Por isso, sempre que possível, é conveniente, sem banalizações, observar aspectos como nível de escolaridade, idade e interesses do destinatário, para que a mensagem possa ser mais bem recebida por ele.”

Nesse trecho, o manual volta-se para a importância de adequar a linguagem ao destinatário visado. Tal colocação além de se reportar para um fator pragmático (para quem se escreve), também se volta para uma especificidade do gênero ofício, o fato de que, com exceção do chamado “ofício circular”, este possui um destinatário individual e conhecido. A condição do interlocutor interfere na forma como eu (enquanto locutor) dirijo-me a este. Este fator pode levar à flexibilização do gênero ofício.

IV. Ênfase nas regras de formatação

Um aspecto que tem grande destaque em vinte e quatro dos vinte e sete manuais observados são as regras de diagramação. Os manuais não apresentam funcionalidade para tais prescrições, mas elas são apresentadas como obrigatórias por vinte destes manuais.

(1) "Data

É composta pelo nome da cidade (seguido da sigla da unidade da Federação, quando emitida para fora do DF) e a data (por extenso, separada por vírgula e encerrada com ponto final). Seu término deve coincidir com a margem direita e estar na mesma direção da numeração do ato."

"Vocativo

Deve vir a 2,5 cm da margem esquerda do papel, abaixo do número do ato e seguido de vírgula." (Manual de Redação do Governo do Distrito Federal).

A ênfase no aspecto gráfico do gênero de grande parte dos manuais também se manifesta em certas prescrições, como esta, constante no Manual da Presidência:

(2) "Não deve haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento."

Essa preocupação com o abuso de recursos gráficos revela uma preocupação estética por parte dos manuais, a qual não se atrela a nenhum fator comunicativo na utilização do gênero.

Adaptação das regras às necessidades e especificidades da instituição

Como já dissemos na fundamentação teórica do trabalho, acreditamos que o gênero, embora apresente aspectos convencionais, é dinâmico, flexível, maleável e acompanha as mudanças situacionais na esfera de uso.

Os vinte e sete manuais que analisamos pertencem a instituições que se situam em planos espacialmente diversos, principalmente ao se considerar as dimensões continentais do Brasil. Além disso, elas exercem funções sociais distintas, portanto, as experiências dessas diferentes comunidades com os gêneros também deve divergir. Ainda

que se trate do mesmo gênero, as realidades sociais não são as mesmas. Dificilmente o ofício na Polícia Militar de Amazonas será usado para os mesmos fins para os quais é utilizado na Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo.

Em face disso, procuramos mapear se são feitas adaptações nas regras ou ainda se são promovidas novas regras entre as diferentes instituições. Em nosso mapeamento, verificamos que uma prática comum entre os manuais é a cópia do texto de outros manuais. Em muitos casos, além de não serem promovidas adaptações nas regras, copia-se integral ou parcialmente aquilo que foi proposto em outro manual. Vejamos exemplos:

(1) “Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Com o fito de uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única, que siga o que chamamos de padrão ofício. As peculiaridades de cada um serão tratadas adiante; por ora busquemos as suas semelhanças.” (Manual de Redação da Presidência da República)

(2) “Há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. Para uniformizá-los, pode-se adotar uma diagramação única que siga o que chamamos de padrão ofício. As peculiaridades de cada um serão tratadas adiante; por ora, busquemos as suas semelhanças.” (Manual de Comunicação Escrita do Paraná de 2005)

Os trechos são praticamente idênticos, exceto pelo acréscimo de uma vírgula e pelo emprego da expressão “para” no lugar de “com o fito de”, o que evidencia a cópia procedida.

As cópias demonstram a ausência de adaptação das regras para a realidade institucional na maioria das abordagens de manuais de redação da esfera pública. Entretanto, encontramos algumas adaptações às realidades locais. Vejamos os exemplos:

(3) “Na Assembleia, além do uso para correspondência externa, o ofício pode servir também para correspondência interna entre o Presidente e os demais Deputados. Essa opção justifica-se pelo fato de os gabinetes, mesmo sendo órgãos internos, funcionarem com autonomia política dentro do Poder Legislativo.” (Manual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais)

(4) “Nos ofícios de cunho judicial devem ser adotadas algumas precauções em relação à observância dos prazos

estipulados pela autoridade solicitante da informação ou providência e daqueles que decorrem de previsão legal. [...] Assim, sem prejuízo dos elementos comuns a qualquer documento dessa espécie, importante que constem ainda os seguintes dados: número do processo, vara de origem, nome completo do autor e do réu, tipo de ação [...] além de todos os elementos fáticos e jurídicos que possam ser deduzidos em defesa do ente público.” (Manual da Câmara de Deputados)

A especificidade das atribuições da Câmara de Deputados leva a uma diferenciação dos ofícios dessa instituição. Essa distinção é marcada tanto pela necessidade de atenção aos prazos quanto pela adição de alguns elementos formais. A adaptação abordada é bastante ilustrativa da importância de se entender que o gênero não é fixo, mas molda-se, flexibiliza-se para atender às demandas sociocomunicativas que precisa atender.

Considerações finais

A concepção de gênero veiculada pelos manuais oficiais ainda está distante da visão contemporânea de gêneros. O gênero é encarado pela maioria dos manuais como uma classificação de caráter normativo, baseada apenas na forma. Encontramos algumas exceções a essa realidade em considerações pontuais dos manuais e, especificamente, no Manual de Redação Parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que traz uma compreensão funcional sobre o gênero ofício. Entretanto, a maioria dos manuais traz uma visão estática de gênero, desatrelada das práticas sociocomunicativa das instituições, o que é perceptível, inclusive, pela ausência de adaptação das regras entre diferentes comunidades.

Referências

ALVES FILHO, Francisco. **Gêneros jornalísticos**: notícia e cartas de leitor no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Integridade genérica versus versatilidade no editorial de jornal. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 5., 2009, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2009, p. 1-12.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. (Tradução de Benedito

Gomes Bezerra, Maria Erotildes Moreira e Silva e Bernardete Biasi-Rodrigues) In: BEZERRA, Benedito Gomes. et al (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 221-247.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Ed. 4. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 260-306.

BATHIA, Vijay. Análise de gêneros hoje. (Tradução de Benedito Gomes Bezerra). In: BEZERRA, Benedito Gomes. et al (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 221-247.

CARVALHO, Gisele de. Gênero como ação social em Miller e Bazerman... In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirré (Org.). **Gêneros: teoria, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 130-149.

DEVITT, A. J. **Writing genres**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

MILLER, Carolyn. Gênero como ação social. In: DIONÍSIO, A.; HOFFNAGEL, J. (Org.). **Gênero Textual, agência e tecnologia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 21-44.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. **O burocratês**: Análise à luz de uma gramática retórica. Revista da Abralín, Paraná, v. 7, n. 1, p. 215-218, 2008. Disponível em: <http://www.abralin.org/revista/rv7n1/10-Maria-Inez.pdf>. Acesso em: 25.02.2012 às 11h11m.

_____. Análise crítica e sócio-retórica dos elementos enunciativos do gênero ofício – gênero textual da correspondência oficial. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 4. , 2007, Tubarão. **Anais**...Tubarão: Universidade de Santa Catarina, 2007. p. 1451-1460.

Recebido em 16 de junho de 2013.
Aceito em 04 de novembro de 2013.